



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 12, de 2025**

Dispõe sobre a autorização de uso, por terceiros, de bens públicos destinados a práticas esportivas, e dá outras providências.

**1 - Do Relatório:**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, apresenta o presente parecer sobre a legalidade do projeto de Lei nº 12/2025 oriunda do Prefeito Municipal que dispõe sobre a autorização de uso, por terceiros, de bens públicos destinados a práticas esportivas.

O presente projeto de Lei objetiva regulamentar a concessão de uso de bens públicos municipais por particulares, em conformidade com o princípio da legalidade e da transparência, estabelecendo normas claras para utilização desses bens, garantindo que ocorra de forma ordenada e em conformidade com as necessidades da população.

Diante da relevância do tema, cabe a esta Comissão emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria.

**2 – Da análise jurídica:**

Nos termos do art. 77, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, temos o seguinte:

Art. 77. Compete privativamente ao Prefeito, entre outras atribuições:

(...)

VII - permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Bem como o art. 95 desta referida Lei, dispõe que *“O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme previsto em lei e de acordo com o interesse público.”*

O referido Projeto propõe o uso por terceiro, para práticas desportivas, respeitando em conjunto o art. 217 da Constituição Federal e seu §3º, também o art. 170 da Lei Orgânica Municipal, onde impõe como dever do Estado e do Município o fomento a prática desportivas, bem como o incentivo ao lazer como forma de promoção social.

Portanto, o Projeto de Lei respeita a Constituição Federal, bem como a legislação municipal vigente. Em relação à legalidade e a iniciativa, o projeto está em conformidade com as normas gerais do direito administrativo.

A redação do projeto está clara e de fácil compreensão sem necessidade de ajustes técnicos na ementa e no texto normativo. Encontra-se, pois, adequado à técnica legislativa, conforme o Manual de Redação Oficial da Presidência da República e à Lei Complementar nº 95/1998.

**3 – Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão:**

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 12/2025, uma vez que atende aos requisitos constitucionais, legais e regimentais.

É o parecer, SMJ.

Indianópolis/MG, 24 de março de 2025.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**



Janizio Moacir Vaz de Resende  
Relator/Vice-presidente

Rafael de Almeida Jacó  
Presidente

Welbemar Alves Xavier  
Membro